

Não menos preocupante é o facto de centenas e centenas de trabalhadores do Sector estarem a transformar-se praticamente em assalariados urbanos, isso dado à limitada possibilidade de encontrarem emprego na Praia Rural e, como não poderia deixar de ser, esta situação provoca e cria nestes trabalhadores e não só, interesses e reacções que entram constantemente em choque com a sua própria formação.

qual xa' o bom?

Não devemos igualmente ignorar as situações resultantes da não existência de estruturas administrativas que pudessem atender e dar seguimento atempado às solicitações da população em diversos domínios, aliás, a inexistência de um concelho para a Praia Rural é causa principal de problemas tais como: má distribuição de emprego; deficiente rede de comunicação; falta de contacto entre a população e os agentes da administração; deterioração das principais vias de acesso; deficiente assistência médica que reinava até há bem pouco tempo; ausência de infraestruturas para a prática de actividades culturais e desportivas nos dois principais centros do Sector (Cidade Velha e S. Domingos); intervenção de agentes da administração central na área do Sector sem a necessária coordenação e concertação com as estruturas políticas e sociais existentes, etc, etc.

importante: prova em coordenação?

Ora, não existindo neste Sector delegações e/ou repartições concelhias que pudessem executar as políticas dos diversos ministérios e com as quais o Partido pudesse estabelecer relações de cooperação, diálogo e concertação, é evidente que, perante a existência desta singular situação, a acção partidária, por mais intensa que seja, terá sempre uma repercussão muito limitada no seio da população.

Apesar de tudo, a população do Sector Rural está disposta e já deu provas de querer participar na luta pelo desenvolvimento do nosso país. Ela aceita e escuta com atenção e agrado as mensagens do Partido e, no fundo, é uma população facilmente mobilizável, mas para se manter nela esse estado de espírito, tor-na-se necessário dotar este Sector de meios indispensáveis para a promoção do seu desenvolvimento económico e social.

No quadro da actual estruturação administrativa, os órgãos do Poder Local poderiam assumir a responsabilidade de promover e dinamizar acções que pudessem dar satisfação às reivindicações da população, principalmente as que são feitas pela camada jovem, destacando-se de entre elas as seguintes:

- Conclusão do polivalente de S.Domingos;
- Conclusão do campo de futebol de S.Domingos (iniciado exclusivamente com a participação popular);
- Construção de um polivalente em Cidade Velha;
- Construção de um campo de futebol em Cidade Velha com recurso à participação popular;
- Construção de um polivalente em Praia Baixo;
- Melhoramento da rede eléctrica de S.Domingos;
- Electrificação de Cidade Velha (está em estudo um projecto que deverá ser financiado por uma organização espanhola);
- Elaboração de um plano urbanístico para a Cidade Velha.

No entanto, como os órgãos do Poder local praticamente não têm dispensado atenção aos problemas da Praia Rural, quem está a sofrer todas as consequências daí advenientes são as estruturas partidárias pois, para a população, cabe ao Partido resolver e fazer tudo.

Embora não possamos regozijar-nos com a actuação dos órgãos do Poder Local (Conselho Deliberativo e Delegado do Governo) na área do nosso Sector, é bom salientar que não têm demonstrado falta de vontade, mas os problemas da Cidade da Praia os absorvem de tal forma, que acabam sempre por descuidar os que existem e se põem à Praia Rural, aliás, o próprio Delegado do Governo está consciente desta situação.

Todavia, no intuito de promover, dinamizar e levar a acção municipal à Praia Rural, o Conselho Deliberativo já profissionalizou um dos seus membros, estando previsto a profissionalização de mais um outro, mas ainda é muito cedo para falarmos do impacto que esta medida irá provocar. Seja como for, tal medida certamente contribuirá para pôr termo à ausência de ligação entre os órgãos do Poder Local e a população, levará o Conselho Deliberativo

a fazer algum investimento no Sector, mas é nossa convicção que a solução para os problemas que se põem à Praia Rural terá de passar necessariamente, mais cedo ou mais tarde, ^{na} criação de um Concelho próprio para esta área".

Independentemente do desejo e da vontade de quem quer que seja, estamos perfeitamente convencidos de que a criação de um Concelho para a Praia Rural não é algo que se faz de um dia para outro. Com efeito, em primeiro lugar, teríamos de fazer uma ampla sondagem para vermos a reacção da população quanto à sua criação ou não; em segundo lugar, a localização da sua sede não seria uma questão pacífica; em terceiro lugar, não se poderia desprezar os custos da construção de uma estrada que garantiria uma ligação rápida entre os dois principais centros do Sector (S. Domingos e Cidade Velha) e, por último, onde encontraríamos os meios necessários para a construção das infraestruturas destinadas à implantação dos serviços, pois não seriam facilmente mobilizados.

Sendo tanto ou quanto difícil a criação no Sector Rural da Praia de dois Concelhos ou mesmo de um só, em virtude da ausência de infraestruturas e meios que pudessem servir de suporte à realização plena das competências e atribuições cometidas aos órgãos municipais, é de se manter o actual Concelho da Praia até que se reúnam as condições necessárias.

Entretanto, uma profunda remodelação da Administração Local no Concelho da Praia deveria ser encetada desde já, mesmo que a título experimental, tendo em vista uma resposta adequada (e urgente) às exigências que se põem nas zonas rurais da Praia.

A solução que preconizamos é a da criação nas duas zonas da Praia Rural, correspondentes aos Círculos Eleitorais da Praia Rural I (freguesia de S. Nicolau Tolentino/Mossa Senhora da Luz) e Praia Rural II (Santíssimo Nome de Jesus/S. João Baptista), com as respectivas Sedes em S. Domingos e Cidade Velha, de órgãos do Poder Local infra-municipais (Conselhos Deliberativos de zona?...) aos quais seriam conferidos "poderes" (competências e meios) para uma intervenção eficaz.

Esses órgãos seriam integrados pelos membros do Conselho Deliberativo da Praia que representam as zonas da Praia Rural e ainda pelos Presidentes das Comissões de Moradores das áreas correspondentes. Outras alternativas de constituição desses órgãos poderiam ser seguidas, nomeadamente a das eleições directas. Os Presidentes dos dois órgãos seriam profissionalizados e a sua escolha incidiria sobre os conselheiros municipais.

Seria conveniente que fosse ainda profissionalizado um dos Vice-Presidentes do Município da Praia, o qual atenderia directamente as duas zonas da Praia Rural, assegurando a articulação e o apoio necessários, naturalmente em ligação com o Presidente do Município (Delegado do Governo).

A nível das freguesias permaneceriam transitoriamente, os actuais Agentes Administrativos que passariam a depender dos órgãos do Poder de zona.

A existência dos "órgãos de Poder de zona", dotados de competências próprias e de meios indispensáveis, permitirá dinamizar a procura local de soluções para os problemas das zonas rurais do Concelho, sem dependência excessiva do aparelho administrativo municipal, demasiado absorvido pelos complexos problemas que a capital apresenta. Mesmo que certas questões afectas às zonas rurais da Praia tenham que ser decididas, por imposição legal, pelo Conselho Deliberativo da Praia, o seu tratamento seria feito, em primeiro lugar, a nível dos órgãos correspondentes (Conselhos de zona) que os canalisaria para o órgão municipal, sob a forma de propostas concretas para aprovação ou de decisões para ratificação. A experiência demonstra, com efeito, que é bastante difícil analisar, de forma aprofundada, as inúmeras questões que afectam as zonas rurais em reuniões do Conselho Deliberativo da Praia, onde os problemas da capital acabam por ganhar primazia, mobilizando a atenção dos conselheiros que são, aliás, na sua maioria da capital.

*Soluções fma do
Pernito.*

Em nosso entender, se essas medidas forem adoptadas, as estruturas partidárias no Sector passarão a poder contar com parceiros de mesmo nível com quem pudessem dialogar e coordenar com

eficácia as suas acções, a população do Sector passaria a sentir mais perto dela a administração, os militantes do Partido e das Organizações de Massas e Outras Organizações Sociais ficariam mais motivados e dispostos a consentir sacrifícios e, no fundo, o Sector passaria a ter em todos os domínios uma dinâmica diferente daquela que tem tido até agora.

Retomando os problemas que preocupam a população, gostaríamos de fazer referências a alguns ligados ao ensino, saúde, ordem pública e obras públicas, principalmente os que têm sido objecto de maior reivindicação:

a) NO SECTOR DO ENSINO

- Construção de Ciclo Preparatório em S.Domingos;
- Construção de Ciclo Preparatório em Cidade Velha;
- Construção de Posto Escolar em Pico Leão;
- Construção de Posto Escolar em Vale da Custa;
- Construção de Posto Escolar em Godim;
- Construção de Posto Escolar em Água de Gato;
- Construção de Posto Escolar em Porto Mosquito;
- Construção de Posto Escolar em João Garrido.

b) NO SECTOR DE SAÚDE

- Construção de uma USB em Achada Baleia;
- Colocação de um enfermeiro em Santana (antes existia um enfermeiro residente);
- Transformação da USB de Milho Branco em Posto Sanitário -
- Continuação e reforço das consultas médicas em S.Domingos e Cidade Velha.

qual é a distância de Milho Branco a S. Domingos?

c) NO SECTOR DA ORDEM PÚBLICA

- Aumento dos agentes da polícia em S.Domingos bem como a necessidade de residirem no mesmo local;
- Criação de um Posto Policial em Cidade Velha (daria cobertura às freguesias de Santíssimo Nome de Jesus e São João Baptista).

...//...